



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

DOMICÍLIOS SEM BANHEIROS EXCLUSIVOS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA.

Raquel Moitinho Trindade¹
Mário Rubem Costa Santana²

Como citar este artigo: TRINDADE, R.M.; SANTANA, M.R.C.; Domicílios sem banheiros exclusivos e segregação socioespacial no município de Vitória da Conquista-BA. III Congresso Regional de Grupos de Pesquisas em Geografia – GIDS/UFCG, p. 90-99, 2022

RESUMO

A falta de banheiros exclusivos em uma residência é um problema ainda evidente no território brasileiro. Diante do modo pelo qual se deu a urbanização abordada por Maricato (2015) como “urbanização de baixos salários”, entende-se que muitas precariedades presentes tanto no espaço coletivo quanto no particular de cada casa são resultado de tal processo que perdura há séculos, calcando bases para a desigualdade socioespacial encontrada no país. Assim posto, este trabalho objetiva abranger um tipo de inadequação especificada pela ausência de banheiros exclusivos nos domicílios particulares permanentes do município de Vitória da Conquista - Bahia, visto que esse cômodo é tido como essencial, e sua falta influencia na qualidade de vida e habitação, dizendo muito também sobre as condições sociais e econômicas dos residentes. Sustentada em um levantamento bibliográfico juntamente com análises de dados do IBGE (2010), constatou-se que, em pleno século XXI, o Brasil contava com cerca de 213 mil domicílios sem acesso a banheiro, e que 1.670 destes se localizavam em Vitória da Conquista, abrigando em conjunto 6.058 pessoas. Tais dados podem ser relacionados com o nível de renda dos moradores, evidenciando uma relação direta entre recursos financeiros e acesso à uma infraestrutura domiciliar básica, que se encontra debilitada nas áreas periféricas.

INTRODUÇÃO

A ausência de banheiro exclusivo em um domicílio é uma condição que até hoje afeta um considerável quantitativo populacional, ferindo um direito fundamental à privacidade e à saúde dos moradores de um domicílio. Frente ao contexto pandêmico causado pela COVID-19, a problemática em questão é ainda mais evidenciada, uma vez que o banheiro é tido como um cômodo indispensável para a higienização, tão importante no meio de uma crise sanitária que diariamente tem causado a morte de uma grande quantidade de pessoas.

O banheiro é aqui entendido como o cômodo que contém chuveiro (ou banheira) e vaso sanitário, essenciais e necessários em um domicílio, e a falta dele reflete os graves desajustes históricos e econômicos da sociedade brasileira. Entender então, a questão da ausência de banheiros exclusivos no município de Vitória da Conquista-Bahia, no intuito de identificar, mapear e analisar quais são as áreas afetadas por esse tipo de inadequação, é o objetivo do presente trabalho.

Localizada no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, Vitória da Conquista foi apelidada pelos seus munícipes mais antigos de Suíça Baiana³ (Figura 1). Este município, segundo o IBGE, ocupa a terceira posição do estado em quantitativo

¹ Graduanda em Geografia – UESB. Pesquisadora em Iniciação Científica. ratmquel@gmail.com.

² Professor do Departamento de Geografia/UESB. Orientador. mariorubem@uesb.edu.br.

³ Essa comparação se deve ao fato de Vitória da Conquista se localizar em maiores altitudes, dando ao município uma das temperaturas mais baixas do estado da Bahia.



III - CREPESG

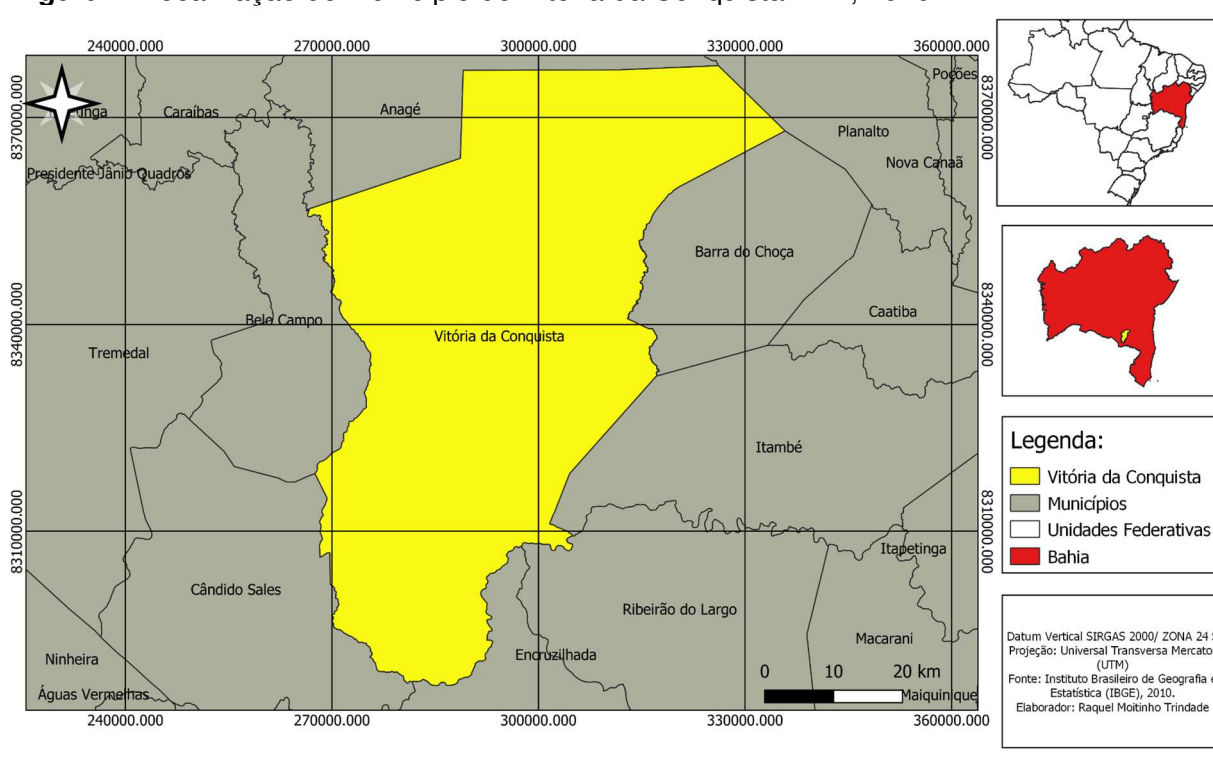
CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

populacional de acordo com o Censo Populacional de 2010, que registrou 306.866 habitantes, das quais 89,5% residem na área urbana.

Figura 1: Localização do município de Vitória da Conquista - BA, 2010.



Fonte: IBGE, 2010

A analogia feita entre uma cidade situada em pleno sertão nordestino e um país europeu desenvolvido, contudo, não a isola das demais cidades baianas quando o assunto é infraestrutura básica para seus habitantes. Como na maioria das cidades brasileiras, os municípios da Bahia - dentre eles, Vitória da Conquista - cresceram sem um planejamento de infraestrutura urbana realmente efetivo e apto para atender à população mais carente, tendo como consequência a presença de domicílios inadequados para muitos dos seus moradores.

Por inadequação de moradias entende-se a categoria atribuída, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), quando os domicílios apresentam “especificidades (...) que prejudicam a qualidade de vida dos seus moradores” (FJP, 2018, p. 13), como o caso das residências que não possuem banheiro de uso exclusivo. Para tanto, ao se enfatizar que o domicílio deve cumprir sua função social, é fundamental que ele atenda às necessidades básicas dos residentes, oferecendo condições e recursos apropriados à rotina de higiene, privacidade e saúde destes.

A metodologia usada na pesquisa sustenta-se em um levantamento bibliográfico do documento Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) a fim de entender o processo da urbanização brasileira e os efeitos dela. Dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, uma vez que o Censo de 2020 ainda não foi realizado, e demais meios como livros e artigos relacionados ao tema, fundamentam o estudo. Por intermédio dessa base de do IBGE (2010), ainda foram



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

elaborados gráficos e tabelas além de mapas, de modo que facilitasse a visualização das variáveis indicadas.

O texto, assim, se estrutura a partir da abordagem da inadequação habitacional, buscando-se fazer um paralelo com a questão habitacional no Brasil no que tange o início da sua urbanização e como isso está refletido no território nacional, marcado por desigualdades estruturais. Conseqüentemente, os conceitos de precariedade habitacional e de assentamentos precários foram necessários para entender tal problemática. Em seguida, tendo como recorte Vitória da Conquista, procurou-se abordar a ausência de banheiros exclusivos nos domicílios desse município a partir de dados analisados neste trabalho.

A OCUPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CIDADES BRASILEIRAS

O modo pelo qual se deu a ocupação do território em todo o mundo é reflexo de um passado histórico desigual e elitista quando posto que, “a ordem capitalista, ao se impor à ordem feudal, transformou a terra em mercadoria e levou a aristocracia feudal sem capital acumulado, a arrendar ou vender parcelas de suas terras” (SPOSITO, p. 42). A terra, agora como mercadoria, não podia ser obtida pelas classes de renda mais baixas que se encontravam sem dinheiro para comprá-las, ficando então desamparadas, submetidas às diversas precariedades habitacionais para que assim tivessem um teto para se abrigar.

A questão habitacional muito evidente aqui no Brasil remonta, em seu cerne, essa mesma situação. Desde o Brasil colônia, somente a elite tinha a posse das terras e, quando transacionado para uma República Democrática nunca se foi pensado numa regularização fundiária de modo que a população de baixa renda pudesse obter o direito a terra e moradia, e a realidade de terem sua casa própria ficava cada vez mais distante. Assim, segundo Ferreira (2009):

as cidades brasileiras refletem, espacialmente e territorialmente, os graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento. (PLHIS, p. 11)

Como afirma Maricato (2015), o Brasil se urbanizou rapidamente e de forma desordenada no século XX, com a consolidação da industrialização somente na década de 60, atrasada em relação aos países tidos como já desenvolvidos. Foi em meados desse século que, em busca de melhores condições de vida, grande parte da população rural se desloca para as cidades, aumentando o quantitativo populacional residente da área urbana, marcando então o início da urbanização.

Na cidade, esses indivíduos buscaram se inserir no mercado de trabalho, no qual recebiam salários baixíssimos e habitavam em moradias não raramente precárias, como os cortiços. A fixação da população de trabalhadores feita dessa forma corroborou para os graves desajustes no espaço geográfico brasileiro, visto até os dias de hoje.

Diante disso, Maricato (2015) aponta que esse processo de ocupação do território faz referência a uma “urbanização de baixos salários”, quando posto que devido à falta de recursos, a camada popular ocupava áreas menos favorecidas, carentes de



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

infraestrutura urbana básica de serviços como rede de saneamento, água, energia, dentre outros.

Ademais, frente aos altos custos para a manutenção da vida em determinadas áreas, como o centro da cidade, esses indivíduos se viam obrigados a ocuparem os terrenos nas zonas mais periféricas, de difícil acesso e mobilidade, sendo elas localizadas em encostas sujeitas a deslizamentos, morros, e outros setores de risco. Ainda hoje, com a especulação imobiliária e a perpetuação dos altos custos dos serviços, a população pobre é segregada para os arredores da cidade onde ficam invisíveis para o poder público e a sociedade civil.

A ocupação dessas áreas foi então espontânea e irregular, não havendo um planejamento urbano adequado, muito menos no que tange à regularização do domicílio particular, já que comumente os próprios moradores construam suas casas, sem os materiais adequados e o apoio do Governo. A cidade assim crescia de modo que

denotava uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida (SPOSITO, p. 66).

Essa situação chegou a passar por algumas mudanças uma vez que, em prol de uma melhor organização da cidade para a fixação do modo de produção capitalista, a urbanização avançou priorizando certas áreas, com o Estado passando a participar mais ativamente da produção da cidade. Nesse sentido, Sposito discorre que “nas cidades — território do capitalismo — vão se instituindo novas "ordens". Novas leis dão legitimidade e apoio à ação capitalista” (p.38).

Porém, devido à falta de recursos das camadas mais populares que ainda hoje, quando têm acesso a um terreno, não conseguem construir sua residência própria de modo adequado, optam por realizar essa obra de maneira autônoma nas horas disponíveis do seu dia, uma vez que também evitariam gastos direcionados aos profissionais da construção civil. Assim, Lúcio Kowarick (1979) afirma que “(...) este longo processo redundava, no mais das vezes, numa moradia que, além de desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade” (p. 62).

A autoconstrução é uma realidade muito presente na paisagem brasileira, diante da numerosa quantidade de trabalhadores que se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica. Assim,

[...] a moradia desprovida de infraestrutura, construída de maneira parcelada pelo próprio proprietário com a ajuda de parentes em loteamentos clandestinos, foi o resultado de salários crescentemente deteriorados e uma das formas que permitiu que a mão-de-obra engajada no processo produtivo se reproduzisse a baixos custos.” (KOWARICK, p. 78)

Todavia, Kowarick (1979) explicita que a autoconstrução não deve ser entendida como um meio utilizado pelos trabalhadores para poupar o dinheiro, mas sim para conseguir sobreviver frente ao sistema capitalista que “organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado” (p. 56).



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

Ainda por conta do número de residências que se encontram nessas e nas mais diversas condições, sem acesso a infraestrutura física e social que se concentra em pontos privilegiados da cidade, se formam os assentamentos precários. Esses assentamentos são muito comuns nas cidades brasileiras, sendo as favelas o tipo mais conhecido, mas também entram na classificação da FJP os cortiços, os loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais degradados.

Assim, a maneira pela qual a urbanização brasileira se concretizou atingiu a esfera social e espacial de forma intensa, deixando muitas pessoas e domicílios em situações degradantes, morando longe do emprego, em zonas com altas taxas de criminalidade, muitas sem acesso à saneamento básico, dentre outras condições. Kowarick (1979,p.59) conceitua então esses cenários como espoliação urbana, sendo essa mais especificamente

somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (p. 59).

Frente a esses empecilhos que remontam a precariedade habitacional dos domicílios e sem condições financeiras para mudar essa realidade, as famílias, sem muitas opções, recorrem a moradias compartilhadas ou feitas de forma improvisadas, onde os mais diversos problemas se escondem. Nos cortiços, por exemplo, era muito comum haver a superlotação dos dormitórios, não dificilmente insalubres, nos quais os ocupantes utilizavam de um banheiro compartilhado.

Hoje, em busca de menores gastos devido à falta de dinheiro para a construção do banheiro - já que ele necessita de uma infraestrutura mais complexa que outros cômodos - muitas famílias o dividem ou ficam sem ele. Outros fatores são agravantes para tal realidade, como “às condições físicas, ambientais e culturais próprias” (FJP, 2018, p.66) de uma região, que acontece mais acentuadamente no norte do país, segundo dados da FJP.

O problema habitacional que envolve o tipo de inadequação referente à ausência de banheiros exclusivos ocorre tanto “nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos” (FJP, 2018, p. 26). Assim, o Brasil em 2015, segundo a FJP, contava com 213.732 domicílios urbanos duráveis que não continham banheiro, sendo o Nordeste o segundo colocado nesse ranking (tabela 2).

Tabela 2 - Domicílios urbanos duráveis sem banheiro nas Grandes Regiões - Brasil - 2015.

Brasil e Grande Região	Domicílios urbanos duráveis sem banheiro	Porcentagem (%)
Brasil	213.732	100
Norte	63.975	29,8
Nordeste	44.023	20,6
Sudeste	71.521	36,5
Sul	22.434	33,5
Centro-Oeste	11.779	10,5

Adaptada da Fundação João Pinheiro (FJP).



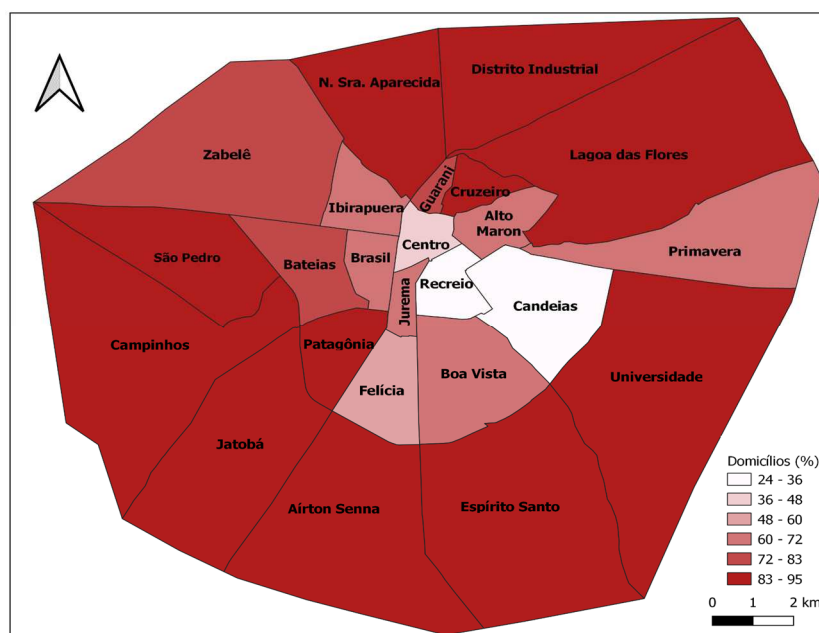
A AUSÊNCIA DE BANHEIROS EXCLUSIVOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Para entender um pouco melhor a problemática habitacional brasileira, muitas coisas se combinam a fim de que se possa inferir a realidade de uma comunidade. Destarte, a questão econômica ocupa um lugar de extrema relevância para tal análise, visto que ela impacta diretamente no poder de compra de um indivíduo e/ou grupo, influenciando também o acesso à educação, saúde, lazer e habitação.

Partindo dessa perspectiva, em 2010, de acordo com o IBGE, 39,7% da população do município de Vitória da Conquista alcançou a renda nominal mensal per capita de até 1/2 de salário-mínimo. Demonstrando que a maioria das residências são mantidas por indivíduos de baixa renda, muitas expressam a carência estrutural e social enfrentada por seus moradores frente às dificuldades financeiras.

Ao se mapear a área da cidade de Vitória da Conquista de modo que se representasse os domicílios contidos nos bairros que tinham renda de até 1 salário-mínimo per capita (Figura 2), observou-se a concentração da população mais pobre em sua franja urbana, enquanto esse percentual reduz à medida que se aproxima das áreas centrais da cidade, onde se encontram bairros com maior valorização do solo, cercados de uma melhor infraestrutura tanto urbana quanto residencial.

Figura 2: Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1 salário-mínimo por bairro - Vitória da Conquista - Bahia - 2010.



Fonte: Censo 2010. Elaboração da autora. (2021)

Vitória da Conquista demonstrava ainda um alto índice de residências ocupadas por pessoas com renda abaixo de 3 salários-mínimos (Tabela 2), o que explicaria a presença de assentamentos precários e domicílios com as mais diversas formas de inadequação caracterizadas pela Fundação João Pinheiro, como o caso da densidade excessiva de moradores por dormitório, carência de serviços de infraestrutura, inadequação fundiária urbana e a inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

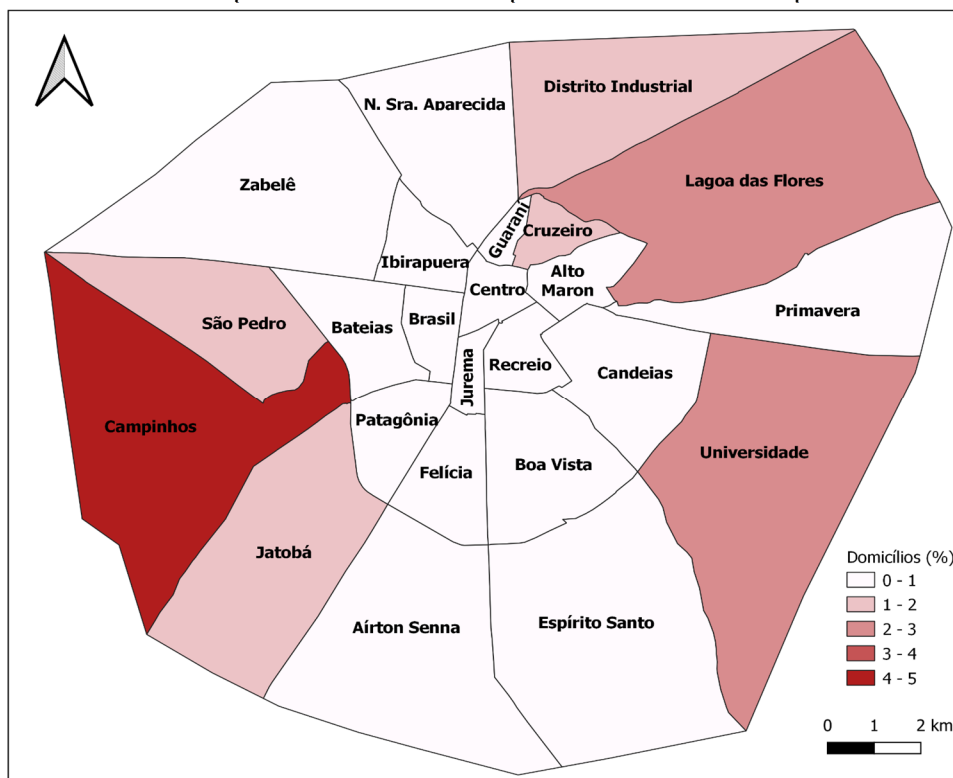
Tabela 2 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita no município de Vitória da Conquista - Bahia – 2010.

	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	De 3 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Domicílios (%)	70,50%	22,33%	3,96%	2,37%	0,84%

Fonte: Censo 2010. Elaboração da autora. (2021)

No que diz respeito à presença ou não de banheiro e sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio, constatou-se que dos 24 bairros da cidade, 8 se sobressaíram pela falta desse item em pelo menos 1% dos domicílios particulares permanentes que os compõem (Figura 3). O bairro Campinhos se destaca porque concentra a maior quantidade de domicílios nessas condições, demonstrando comparativamente uma maior vulnerabilidade socioeconômica em relação aos outros bairros, com o total de 5% das suas residências dentro dessa inadequação.

Figura 3: Domicílios particulares permanentes sem banheiro nem sanitário de uso exclusivo dos moradores por bairros no município de Vitória da Conquista - Bahia, 2010.



Fonte: Censo 2010. Elaboração da autora. (2021)



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

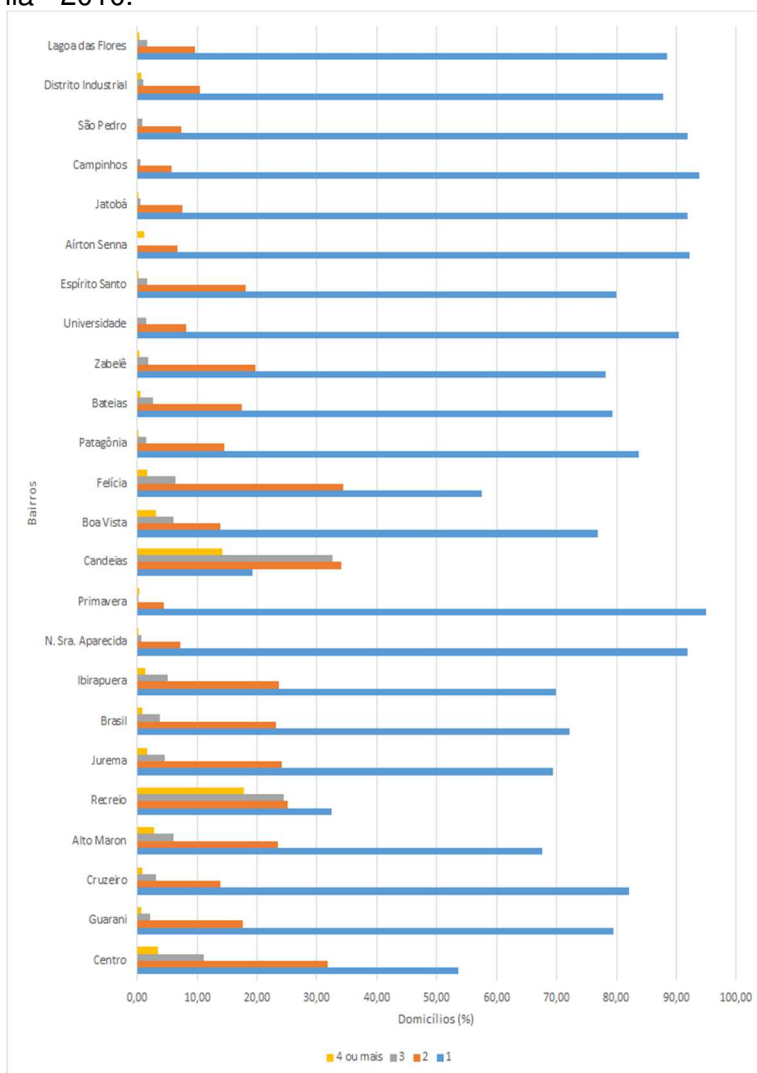
<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

Esses domicílios sem banheiro nem sanitário da cidade abrigavam 1.271 pessoas que lidavam diariamente com essa problemática, habitando nos domicílios particulares permanentes que compõem 0.5% das residências dessa inadequação na cidade. Quando se entende que o IBGE (2011, p. 22) distingue banheiro de sanitário ao apontar que o último é “o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispunha de vaso sanitário ou buraco para dejeções”, percebe-se que a realidade de alguns é ainda mais difícil e degradante.

Enquanto isso, o bairro Candeias, que concentra o maior número de pessoas com uma renda per capita alta, quando comparada à média da cidade, contém 34% dos seus domicílios com duas unidades sanitárias exclusivas, seguido por outros 32% com 3 banheiros por casa (Gráfico 1). Por outro lado, os domicílios sem banheiro correspondem a 1.670 residências que se encontram nessas condições, representando 2.2% dos domicílios da cidade e abrigando em conjunto 6.058 pessoas.

Gráfico 1: Quantidade de banheiros por domicílios particulares permanentes - Vitória da Conquista - Bahia - 2010.



Fonte: Censo 2010. Elaboração da autora. (2021)



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

Diante do exposto, percebe-se a clara estruturação socioespacial do município de Vitória da Conquista onde, a população mais pobre se localiza na periferia urbana e enfrenta também condições mais precárias de habitação. Assim, fica evidenciado a relação direta existente entre capital e cidade que, mesmo sendo um direito de todos, majoritariamente quem tem maior poder aquisitivo têm também maior acesso à qualidade de vida e bens materiais e imateriais que a cidade oferece, tanto de bens públicos como privados, como as suas próprias residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, nota-se que Vitória da Conquista se comporta como a maioria das cidades brasileiras, segregando indivíduos de baixa renda nas áreas mais periféricas da cidade, negando o acesso à diversos serviços básicos e essenciais para a sua manutenção diária.

A terra, enquanto mercadoria, não está acessível a todos e essa problemática atravessa séculos sem muitas perspectivas de melhoras já que, sob a égide do capital, a cidade e o que dela faz parte só tende a ser mais elitizado. O território é cada vez mais hierarquizado, concentrando os indivíduos mais pobres em áreas mais precarizadas em infraestrutura física e social.

No que tange ao objetivo da pesquisa, foi evidenciado que a presença ou não de uma unidade sanitária exclusiva na residência está intimamente ligada com as condições financeiras de quem lá habita. Assim, os bairros mais pobres são também os que abrigam esse tipo de inadequação de forma mais latente, enquanto os mais nobres atingem uma maior média de banheiros por domicílio.

Mediante o exposto, as desigualdades sociais, acentuadas pelo modo capitalista de produção, são entraves que claramente precisam ser combatidos em favor das camadas mais empobrecidas da sociedade civil. Quando estes indivíduos conseguem ter acesso à moradia, sob ela se escondem as mais diversas precariedades, e a ausência de banheiros exclusivos, apesar de representar um quantitativo relativamente baixo, é uma condição que deve ser evidenciado a fim de sua superação.

Ademais, entende-se ser necessário dar maior visibilidade à questão inicial levantada por esta pesquisa, que não pretende ser conclusiva, mas compreende-se valiosa, por trazer para o debate um assunto que parte da vida privada das famílias brasileiras, mas que diz respeito à um coletivo. Dessa forma, a falta de banheiros em um domicílio representa uma negligência aos indivíduos da cidade, que precisa de atenção do poder público para que a função social da habitação seja atingida plenamente.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília, DF, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.
GEOGRAFIA – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – PMVT. Disponível em:
<<https://www.pmvc.ba.gov.br/geografia/>>. Acesso em 29 de junho de 2021.



III - CREPESG

CONGRESSO REGIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
parâmetros para conexão dos grupos em redes de pesquisas

<https://crepesg.com.br>

25 a 28 de agosto de 2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v.4, n.1, p.11-22, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14^a ed. São Paulo: Contexto, 2004.